



GT 031. Ensinar e Aprender Antropologia

Amurabi Pereira de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Ceres Karam Brum (UFSM) - Coordenador/a

É notório que nos últimos anos a Antropologia tem expandido sua presença junto às mais diversas formas universitárias e não universitárias, bem como, tem havido no Brasil um incremento na formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação, sem que com isso tenha havido um debate profundo em torno do seu ensino, bem como das particularidades do aprendizado de ser antropólogo, em termos da aquisição teórica-metodológica. O processo formativo em antropologia passa, necessariamente, pelas relações entre ensino e aprendizagem, de modo que a discussão em torno de sua aquisição mostra-se fundamental para a própria compreensão dos rumos da Antropologia como ciência na atual conjuntura. O presente Grupo de Trabalho visa discutir estas questões, com foco na formação de antropólogos e de "não antropólogos", discutindo as diversas inserções da ciência antropológica em vários espaços formativos. Buscamos realizar uma reflexão em torno do lugar do ensino/aprendizagem da antropologia, bem como dos desafios postos a sua realização, e das fundamentações teóricas, epistemológicas e práticas que subjazem seu ensino, voltando para a formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), cientistas sociais, profissionais da saúde, professores etc. Também buscamos compreender o ensino/aprendizagem da Antropologia na educação básica. Este GT se baseia numa ampla interface entre a antropologia e ensino, visando abarcar os mais diversos trabalhos produzidos neste cenário.

O discurso de gestores e professores da Rede Pública de Ensino sobre as Políticas de Reconhecimento do negro no espaço educativo em Teresina-PI

Autoria: Karoline Vitória Gonçalves Fernandes

Desde os anos sessenta do século passado os diversos movimentos sociais organizados, vêm lutando e reivindicando direitos que outrora lhes foram negados. Nessa luta por direitos, que tem como base as identidades culturais dos diversos grupos, uma categoria vem sendo constantemente utilizada e sua relevância tem sido incontestável em vários domínios, trata-se, portanto, do "reconhecimento". No campo da educação, por exemplo, as lutas por reconhecimento da diversidade cultural presentes no espaço educativo tem sido uma constante, pois as diversas identidades socioculturais, formadoras da sociedade também estão presentes no espaço escolar e necessitam de reconhecimento. Assim, tomando a escola como um espaço diverso e plural, que tem a finalidade de instigar os indivíduos a compreenderem a si mesmo e como se situam na sociedade e na cultura nacional, é que o presente work tem como objetivo refletir sobre a percepção que diretores e professores de três escolas públicas do Ensino Médio tem em relação as políticas de reconhecimento das populações negras no âmbito educacional na cidade de Teresina- Piauí. Para tanto, selecionamos três escolas em diferentes zonas, da cidade, a saber, zona leste, sul e centro, nas quais, realizamos entrevistas estruturadas e semiestruturadas, com os diretores, coordenadores pedagógicos e docentes das disciplinas de História, Filosofia e Ensino Religioso. Nosso intuito, era perceber, por meio de um viés antropológico se, e como o corpo diretivo destas escolas, bem como os professores, vem percebendo e trabalhando com as políticas de reconhecimento da diversidade étnico racial no espaço educativo, notadamente a lei, 10.639/03. É, portanto, sobre essas percepções que refletiremos no presente work.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

